

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.237 - SE (2019/0142668-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ARACAJU**  
**PROCURADOR : LUCAS ALVES FIALHO E OUTRO(S) - SE004255**  
**AGRAVADO : ELIENE ALVES SANTOS**  
**ADVOGADOS : LUCAS HENRIQUE ANDRADE ALVES DE LIMA E**  
**RIGONATO - SE006866**  
**THALES RIBEIRO SANTOS - SE007073**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.009 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE ARACAJU, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão sintetizado nos seguintes termos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ANÁLISE DO ARTIGO 98 DO NCPC E ARTIGO 5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - INCAPACIDADE FINANCEIRA PARA ARCAR COM AS DESPESAS DO PROCESSO - BENEFÍCIO DEFERIDO - DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL SOB PENA DE INDEFERIMENTO - OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 320 E 321, DO NCPC - ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO - COMPROVAÇÃO - PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA EM NOME DE ADVOGADO DIVERSO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA - APELO CONHECIDO E PROVIDO - UNÂNIME.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, o recorrente sustenta ofensa ao art. 1.009 do CPC/2015, aduzindo aduzindo que o recurso de apelação interposto seria incabível, na medida que manejado contra despacho de mero expediente.

Sem contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do agravo pelo Tribunal *a quo*.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser

processado.

Sem contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A pretensão não merece acolhimento.

Dessume-se dos autos que a decisão que negou seguimento ao recurso especial se baseou no entendimento de que o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ (Súmula 83/STJ).

Contudo, do exame do agravo interposto, observa-se que o **agravante furtou-se de impugnar especificamente o mencionado fundamento**, limitando-se a argumentação de que “É visível que o recurso de apelação foi interposto em face do despacho de mero expediente, e não do comando sentencial proferido nos autos processuais, o qual já tinha o cartório certificado o seu trânsito em julgado, desde o dia 17.05.2017” (e-STJ fl. 235).

Desta feita, **competia ao agravante demonstrar que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em descompasso com o entendimento do STJ, colacionando, para tanto, precedentes jurisprudenciais, preferencialmente mais atuais, em sentido favorável à tese recursal, ou que os precedentes invocados na decisão de inadmissibilidade não se aplicariam ao caso**, o que não aconteceu no *casu*.

Assim, o agravo em recurso especial **carece de fundamentação**, atraindo as consequências previstas no art. 932, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 544, § 4.º, inciso I, do CPC/1973), segundo o qual **não se conhecerá do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade**.

A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que impugnação à fundamentação contida na decisão agravada deve ser específica e suficientemente fundamentada e atacar os pontos do *decisum*.

Nesse sentido (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - A decisão recorrida foi publicada em data posterior a 17 de março de 2016, sendo plenamente aplicável, segundo o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, o art. 1.042 do Código de Processo Civil de 2015, que estabelece não ser cabível a interposição de agravo contra a decisão que não admite o recurso especial, quando a matéria, nele discutida, tiver sido decidida pelo Tribunal de origem em conformidade com precedente firmado por esta Corte sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/73).

II - Desse modo, não se afigura possível a apresentação de qualquer outro recurso a esta Corte Superior contra tal decisão, porque incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador da sistemática dos recursos representativos de controvérsia, instituída pela Lei n. 11.672/2008.

III - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de:

Súmula 83. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

**IV - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.**

**V - No caso em que foi aplicado o enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.**

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1114189/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREPARO. RECOLHIMENTO EXIGIDO NA LEI LOCAL. DESERÇÃO. SÚMULA 83 DO STJ. IMPUGNAÇÃO DEFICIENTE. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

**2. A decisão agravada entendeu estar o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, fazendo incidir a Súmula 83 desta Corte, segundo a qual é possível o recolhimento do preparo para interpor o agravo previsto no art. 557, § 1º, do CPC/1973, dada sua reconhecida natureza recursal.**

**3. A rejeição monocrática do recurso especial com base no referido verbete exige da parte, no agravo interno, o ônus de indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos no decisum agravado com o fito de demonstrar ser diversa a orientação jurisprudencial do STJ, o que não aconteceu na espécie, mantendo-se deficiente a impugnação.**

4. A Corte Especial do STJ entendeu que a interposição de agravo interno não inaugura instância recursal, razão pela qual se mostra indevida a majoração dos honorários advocatícios prevista no art.

85, § 11, do CPC/2015 (AgInt nos EAREsp 726.917/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/12/2017, DJe 06/02/2018).

5. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 694.853/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 18/04/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

